DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30.06.18

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Entidade coloca à disposição de V.Sas. para apreciação, as Demonstrações Financeiras Intermediárias relativas ao 1º semestre e 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

DESEMPENHO FINANCEIRO

A liquidez em relação ao Capital de Risco é de 58%, superando o mínimo estabelecido pela SUSEP de 20%. A suficiência de Patrimônio Líquido Ajustado de R\$ 35 milhões em relação ao Capital Mínimo Requerido é de 422%. O Superávit do exercício foi de R\$ 1,027 milhões.

POLÍTICA DE REINVESTIMENTO

A Entidade continuará a reinvestir parte do superávit acumulado de exercícios anteriores nos mercados de renda fixa, oferecidos por instituições financeiras que possuem muito boa qualidade financeira, bem como na realização de projetos de expansão de vendas.

NEGÓCIOS SOCIAIS

Em relação aos negócios sociais, os mesmos se constituíram principalmente na operação de planos de previdência complementar voltados para atender todas as classes sociais.

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA

Em atenção à Circular SUSEP nº 517/2015, declaramos que a Entidade possui capacidade financeira compatível com as suas operações.

PLANO DE NEGÓCIOS

Para o triênio de 2018 a 2020, aproveitando a perspectiva de crescimento do Mercado de Previdência Complementar e da própria Viver, destacando 66% de aumento na arrecadação com planos de previdência nos últimos 6 anos, a Viver fará novas parcerias e novos convênios, visando sua estratégia de crescer solidamente em nichos de mercado não disputados por grandes instituições, atingindo principalmente as classes C e D.

A Administração espera também ter um forte incremento em assistência financeira a seus participantes, reforçando a capacidade da Viver Previdência dentro do cenário de forte competição, para buscar, nesse e nos próximos anos, o incremento de seus negócios.

Objetivando a redução do risco, será estudada a securitização de parte da carteira de Assistência Financeira.

Com os indícios de melhora na economia, a Administração espera alienar os imóveis com maior velocidade, nesse e nos próximos anos. O departamento atuarial da Viver está elaborando um estudo de revisão das provisões, cujos trabalhos preliminares apontam uma redução no valor da Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar (PVR).

Faz parte do planejamento estratégico da Entidade o crescimento de sua base de participantes e sua transformação de sociedade civil, sem fins lucrativos, para sociedade anônima, através do aumento de capital obtido junto aos parceiros investidores e/ou aquisição de sociedade anônima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afirmamos nossa crença no comportamento ético, respeitando as Leis e Diretrizes que norteiam nossa atividade, que são os balizadores de nossa atuação na Administração da Viver.

Belo Horizonte, 10 de agosto de 2018.



www.fmotta.com.br

RUA SANTA RITA DURÃO, 444 - 3º ANDAR - FONE: (0xx) 31 3221-3500 FAX; 3221-1177 - 30140-110 - BELO HORIZONTE - MG
AV. ALMIRANTE BARROSO, 63 - SALA 1317 - FONE: (0xx) 21 2262-1099 FAX: 2262-3430 - 20031-003 - RIO DE JANEIRO - RJ
RUA UHUTUBA, 64 - BAIRRO SAÚDE - FONE/FAX; (0xx) 11 3757-9500 FAX: 2294-3467 - 04053-020 - SÃO PAULO - SP

PAR-18/084

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Participantes, Conselheiros e Diretores da **VIVER PREVIDÊNCIA**Belo Horizonte - MG

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da VIVER PREVIDÊNCIA, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VIVER PREVIDÊNCIA em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa do semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – Susep.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 6 adiante. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

3. Ênfase

Consoante disposto na nota 20, a Entidade responde por processos fiscais, administrativos, cíveis e trabalhistas e sua Administração considera que os valores já provisionados são suficientes para cobrir possíveis perdas que possam advir dessas lides, entendimento que, todavia, somente poderá ser corroborado quando do desfecho dos processos.

continua...



PAR-18/084 Continuação...

4. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o Relatório do Auditor

A Administração da Entidade é responsável por outras informações que constam do Relatório da Administração e nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange tal Relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a leitura do Relatório da Administração e considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Não temos nada a relatar no presente caso.

5. Responsabilidades da Administração e da Governança

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – Susep e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

6. Responsabilidades do Auditor

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

continua...



PAR-18/084 Continuação...

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos técnicos apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- d. Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; e
- e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 27 de agosto de 2018.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS

Auditores Independentes CRCMG - 757

Nilton José RibeiroContador CRCMG – 43.491

BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores expressos em Reais)

findo em	findo em
	illiao Cili
ATIVO <u>Notas</u> 30.06.2018	31.12.2017
CIRCULANTE 28.590.376,25	26.784.336,08
Disponível 402.858,12	347.003,67
Caixa e Bancos 402.858,12	347.003,67
Aplicações 45.129.710,23	4.506.443,80
Créditos das Operações com	
Previdência Complementar 9 689.057,94	635.717,42
Valores a Receber 689.057,94	635.717,42
Títulos e Créditos a Receber 6.503.244,90	5.162.511,44
Títulos e Créditos a Receber 10 1.075.904,99	865.715,36
Créditos Tributários e Previdenciários 171,45	239,55
Assistência Financeira à Participantes 12 5.151.876,45	3.991.886,94
Outros Créditos 13 275.292,01	304.669,59
Outros Valores e Bens 15.836.938,37	16.100.952,80
Bens à Venda 14 15.836.938,37	16.100.952,80
Despesas Antecipadas 28.566,69	31.706,95
ATIVO NÃO CIRCULANTE 18.621.754,49	19.599.322,13
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO 16.603.956,10	17.521.459,23
Aplicações 4 6.123.822,24	7.911.454,44
Títulos e Créditos a Receber 10.444.115,39	9.573.986,32
Títulos e Créditos a Receber 10 2.262.372,01	2.396.704,42
Depósitos Judiciais e Fiscais 11 108.599,20	127.190,72
Assistência Financeira à Participantes 12 7.839.726,49	6.815.790,82
Outros Créditos Operacionais 13 233.417,69	234.300,36
Empréstimos e Depósitos Compulsórios 36.018,47	36.018,47
Investimentos 53.545,24	53.545,24
Imóveis Destinados à Renda 53.545,24	53.545,24
Imobilizado 15 1.244.593,67	1.270.121,76
Imóveis de Uso Próprio 1.159.833,14	1.171.685,78
Bens Móveis 84.760,53	98.435,98
Intangível 16 719.659,48	754.195,90
Outros Intangíveis 719.659,48	754.195,90
TOTAL DO ATIVO 47.212.130,74	46.383.658,21

BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores expressos em Reais)

		Período	Exercício
		findo em	findo em
PASSIVO	<u>Notas</u>	30.06.2018	31.12.2017
CIRCULANTE	_	4.420.998,85	4.659.745,58
Contas a Pagar	_	549.985,20	522.566,78
Obrigações a Pagar	17	334.828,04	311.415,05
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		39.628,20	49.525,66
Encargos Trabalhistas		121.064,12	87.214,01
Impostos e Contribuições		54.464,84	74.412,06
Débitos de Operações com Previdência Complementar	_	14.899,61	14.916,03
Outros Débitos Operacionais	_	14.899,61	14.916,03
Depósitos de Terceiros	18	792.084,83	714.163,20
Provisões Técnicas-Previdência Complementar	19	3.064.029,21	3.408.099,57
Planos Bloqueados	_	90.183,28	96.629,81
Planos não Bloqueados	-	2.973.845,93	3.311.469,76
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		11.655.984,45	11.615.683,62
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	19	6.123.822,24	6.137.238,44
Planos Bloqueados	-	501.630,50	578.057,44
Planos não Bloqueados		5.622.191,74	5.559.181,00
Outros Débitos	20	5.532.162,21	5.478.445,18
Provisões Judiciais	_	5.532.162,21	5.478.445,18
PATRIMÔNIO SOCIAL DE EAPC S/FINS LUCRATIVOS	21	31.135.147,44	30.108.229,01
Reservas Patrimoniais		19.847.942,27	19.847.942,27
Reservas de Retenção de Superávits		1.560.660,72	1.560.660,72
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(346,34)	(247,07)
Superávits ou Déficits Acumulados		9.726.890,79	8.699.873,09
TOTAL DO PASSIVO	<u>-</u>	47.212.130,74	46.383.658,21

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Valores expressos em Reais)

Período findo em

	<u>Nota</u>	30.06.2018	30.06.2017
Rendas de Contribuições e Prêmios		5.231,31	6.230,23
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder	_	292.505,38	61.876,20
Receitas de Contribuições e Prêmios	_	297.736,69	68.106,43
Variação de Outras Provisões Técnicas		95.651,03	(59.919,24)
Benefícios Retidos	22	(344.138,43)	(249.695,23)
Custos de Aquisição	22	(99.472,62)	(83.036,20)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	22	(132.581,65)	(91.545,19)
Contribuições para Cobertura de Riscos		1.520.136,71	1.328.352,65
Variação das Provisões Técnicas de Prêmios	_	304.401,32	40.285,16
Prêmios Ganhos		1.824.538,03	1.368.637,81
Sinistros Ocorridos	22	(219.031,84)	(80.506,69)
Custos de Aquisição	22	(111.225,86)	(27.189,86)
Despesas Administrativas	22	(1.652.546,56)	(1.557.348,53)
Despesas com Tributos	22	(312.088,71)	(236.552,44)
Resultado Financeiro	22	1.755.591,58	2.059.781,02
Resultado Patrimonial		(75.413,96)	(20.846,04)
Resultado Operacional	_	1.027.017,70	1.089.885,84
Superávit do Semestre	_	1.027.017,70	1.089.885,84

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(Valores expressos em Reais)

	Período findo em		
	30.06.2018	30.06.2017	
Resultado Líquido do Semestre	1.027.017,70	1.089.885,84	
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(99,27)		
Total Resultado Abrangente do Semestre	1.026.918,43	1.089.885,84	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DAS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

(Valores expressos em Reais)

	Reserv	as de		Superávits ou	
Discriminação	Patrimoniais	Retenção de Superávits	Ajuste TVM	Déficits Acumulados	Total
Saldos anteriores em 31 de dezembro de 2016	19.847.942,27	1.277.943,12		6.580.672,52	27.706.557,91
Superávit do semestre				1.089.885,84	1.089.885,84
Saldos finais em 30 de junho de 2017	19.847.942,27	1.277.943,12		7.670.558,36	28.796.443,75
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	(247,07)	-	(247,07)
Superávit do semestre	-	-	-	1.312.032,33	1.312.032,33
Proposta para Destinação do Superávit					
Reservas para Contingências de Benefícios		282.717,60		(282.717,60)	
Saldos finais em 31 de dezembro de 2017	19.847.942,27	1.560.660,72	(247,07)	8.699.873,09	30.108.229,01
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	(99,27)	-	(99,27)
Superávit do semestre				1.027.017,70	1.027.017,70
Saldos finais em 30 de junho de 2018	19.847.942,27	1.560.660,72	(346,34)	9.726.890,79	31.135.147,44

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

(Valores expressos em Reais)

	Período findo em	
	30.06.2018	30.06.2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit Líquido do Período	1.027.017,70	1.089.885,84
Ajustes para: Depreciação e Amortizações	194.884,46	210.011,70
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos Financeiros Créditos das Operações de Previdência Complementar	1.164.365,77 (53.340,52)	(1.510.489,35) 154.198,59
Créditos Fiscais e Previdenciários Depósitos Judiciais e Fiscais	68,10 18.591,52	4.318,98 15.981,09
Despesas Antecipadas Outros Ativos	3.140,26 (1.965.507,72)	3.901,50 290.213,39
Impostos e Contribuições Débitos das Operações com Previdência Complementar	(19.947,22) (16,42)	10.375,16
Depósitos de Terceiros Provisões Técnicas - Previdência Complementar Provisões Judiciais	77.921,63 (357.486,56) 53.717,03	(184.963,55) (138.419,89) 16.654,30
Outros Passivos Ajuste Valor Justo Ativos Financeiros	47.365,64 (99,27)	6.789,06
Caixa Gerado/(Consumido) pelas Operações Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais	190.674,40 190.674,40	(31.384,69)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	170.07 1,10	(81.881,87)
Pagamento pela Compra:		
Imobilizado Intangível	(2.819,95) (132.000,00)	(22.531,00)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(134.819,95)	(133.531,00)
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	55.854,45 347.003,67 402.858,12	(164.915,69) 738.231,23 573.315,54

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2018, 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 30 DE JUNHO DE 2017. (Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Viver Previdência, Entidade Aberta de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. A sua gestão é exercida pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da Entidade, compostos por conselheiros eleitos, oriundos do quadro de participantes da Entidade.

- a) Ramos de Atuação Tem como objetivo operacional a instituição, operação e manutenção de planos previdenciários nas modalidades de pecúlio e renda. Além disso, a Entidade atua com um Programa de Assistência Financeira aos seus Participantes.
- b) **Regiões do País em que opera -** Atuação em todo território nacional, conforme autorização concedida pela SUSEP.

2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

Foram elaboradas, conforme a Circular SUSEP nº 517/2015, observadas as alterações nas normas contábeis. Elaboradas também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo CNSP e incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPCs, aprovados pela SUSEP, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 517/2015.

Apresentadas em conformidade com o disposto no CPC 21 - Demonstração Intermediária, o qual requer a comparabilidade do balanço patrimonial com o correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e as demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, com as correspondentes demonstrações do semestre findo em 30 de junho de 2017.

A Diretoria Executiva, mediante reunião realizada em 10/08/2018, autorizou a emissão das demonstrações contábeis do período de 30 de junho de 2018.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a. Apuração do Resultado apurado segundo o Regime de Competência pelo reconhecimento simultâneo das receitas e despesas, quando correlatas, no resultado do período em que ocorreram. As contribuições para planos de previdência são reconhecidas na rubrica Rendas de Contribuições pela emissão dos certificados e/ou vigência do risco, o que ocorrer primeiro. Os direitos dos Participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida do resultado do período;
- b. Aplicações A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias (Nota 4): 1) Mantidos até o Vencimento: Ativos não passíveis de negociação e registrados pelo valor de aquisição acrescidos dos rendimentos, reconhecidos no resultado do período; 2) Disponíveis para Venda: Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo valor justo. Os ganhos e as perdas não realizados são reconhecidos em Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido. Os rendimentos são reconhecidos em Resultado Financeiro, na Demonstração do Resultado; 3) Determinação do Valor Justo: O valor unitário da quota do fundo de investimento é determinado pela instituição financeira e considera a valorização dos títulos públicos que compõem a carteira pelo valor de mercado. Para os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), Recibos de Depósitos Bancários (RDBs) e Letra Financeira (LF) cuja rentabilidade é estabelecida tendo como base as variações nas taxas dos certificados de depósitos interbancários (CDI), consideram-se as características do resgate, que podem ser com ou sem liquidez e possíveis variações entre o valor de custo atualizado e o valor justo;
- c. Créditos das Operações Valores a Receber Previdência Complementar contribuições reconhecidas pela emissão e/ou vigência do risco, o que ocorrer primeiro (Nota 9);
- d. Títulos e Créditos a Receber 1) Títulos e Créditos a Receber Créditos a Receber demonstrados pelo valor principal acrescido do ganho pela competência em períodos futuros, que estão demonstrados com redução dos ativos correspondentes na rubrica Receitas a Apropriar (Nota 10); 2) Assistência Financeira a Participantes demonstradas pelo valor principal acrescido dos juros pré-fixados de competência de períodos futuros, demonstrados com redução dos ativos correspondentes na rubrica Receitas a Apropriar (Nota 12);
- **e. Investimentos** registrados pelos respectivos valores de aquisição e representados por terrenos não destinados ao uso próprio;
- f. Imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas e reconhecidas mensalmente pelo método linear às taxas anuais de: Imóveis Edificações 2%; Equipamentos 20%; Móveis, Máquinas e Utensílios 10%; Veículos 20%; e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável (Nota 15);

- g. Intangíveis referem-se aos gastos com licenças de uso, implantações e desenvolvimentos de sistemas operacionais, cuja amortização se dará linearmente à taxa anual de 20% (Nota 16);
 - h. Redução ao Valor Recuperável ("Impairment") conforme definido no CPC 01, a redução ao valor recuperável de ativos é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo for maior do que o seu valor recuperável ou de realização, a saber:
 - Valores a Receber- a redução ao valor recuperável é representada pelas parcelas mensais de contribuições de planos de previdência emitidas, mas não recebidas há mais de sessenta dias (Nota 9);
 - 2. Títulos e Créditos a Receber Direitos Resultantes da Venda de Imóveis a estimativa contábil para a redução é baseada em estudo técnico, considerando o histórico de perdas, os riscos de inadimplência e o resultado negativo entre o valor recebido e as receitas apropriadas (Nota 10);
 - 3. Assistência Financeira à Participantes com base em levantamento dos contratos, que apresentem atraso superior há sessenta dias, considerados integralmente vencidos, descontadas as receitas a apropriar, em observância à Circular SUSEP nº 517/2015 (Nota 12);
- i. Provisões Técnicas constituídas de acordo com as Notas Técnicas Atuariais e em consonância com as determinações e critérios estabelecidos na Circular SUSEP Nº 517/2015 e suas alterações (Nota 19):

Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC e Benefícios a Conceder – PMBAC foram constituídas de acordo com as bases técnicas definidas nas notas técnicas atuariais aprovadas pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, com o intuito de fazer frente aos compromissos da Entidade com as Rendas, Pensões e Pecúlios revertidos em Renda baseados no Regime financeiro de Capitalização;

Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG foi calculada de forma pro rata die, em função dos prêmios comerciais emitidos, desconsiderado os custos de aquisição diretamente relacionados ao valor da contribuição e contempla estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos (RVNE);

Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR, para os planos de capitalização, foram constituídas através dos percentuais determinado pelo Órgão fiscalizador. Para os planos de Pensão no regime financeiro de Capitais de Cobertura e Pecúlios em Repartições simples o valor apurado foi obtido em função da Nota Técnica Atuarial apresentada na avaliação de 31/12/2013;

Provisão Para Despesas Relacionadas – PDR foi calculada para cobrir as despesas administrativas dos planos, bem como as custas judiciais;

Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL foi determinada pelo saldo corrente de suas obrigações de forma integral e atualizada, de acordo com os índices de correção e juros determinados no Regulamento e Nota Técnica do plano contratado e abrange os valores de pecúlios e renda não pagas, inclusive os valores das causas judiciais em Lide;

Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar – PVR abrange os resgates e as devoluções das contribuições por qualquer motivo. É determinada pelo saldo dos valores e corrigidos pelo índice do plano contratado.

Provisão Complementar de Cobertura - PCC constituída pela insuficiência nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos, conforme o valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com a regulamentação em vigor.

- j. Encargos Trabalhistas constituídos pela provisão de férias, décimo terceiro e encargos sociais, calculados e reconhecidos mensalmente com base nos vencimentos vigentes à época, demonstrando as obrigações decorrentes dos direitos adquiridos pelos empregados;
- k. Outros Débitos Provisões Judiciais e Administrativas Contingências Passivas, de acordo com os critérios definidos no CPC 25, reconhecidas quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Na determinação do reconhecimento da provisão são considerados a avaliação dos Assessores Jurídicos e os aspectos relacionados à natureza das ações judiciais e administrativas (Nota 20);
- I. Outros Ativos e Passivos os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais, bem como os efeitos de ajuste a valor justo;
- m. Estimativas Contábeis As áreas que requerem maior nível de julgamento, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa 20 (Outros Débitos);
- **n. Isenções Tributárias**: A Entidade é considerada isenta, não tributada pelo Imposto de Renda e Contribuição Social, por ser sem fins lucrativos.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS (Nota 3b.)

a) **Composição** - A Entidade classifica seus Títulos e Valores Mobiliários nas categorias Títulos Disponíveis para Venda e Mantidos até o Vencimento, ficando os mesmos classificados e ajustados nos níveis de hierarquia 1 e 2.

Mês de referência 06/2018 Valor Taxa de Composição Vencimento Valor Atualizado Contábil/Valor % Aplicado Juros Contratada justo Nível 1 Títulos Disponíveis para Venda <u>65,36</u> 7.355.143,44 7.355.143,44 Fundo de Investimento Especialmente Constituído – Títulos 7.355.143,44 7.355.143,44 65,36 **Públicos** Nível 2 Títulos Disponíveis para Venda 2.904.641,73 2.904.295,39 25,80 Títulos Privados - Renda Fixa Até 180 dias 112,13% 1.224.492,56 1.224.492,56 10,88 De 181 até 365 Títulos Privados - Renda Fixa 102.85% 617.082,48 dias 617.082,48 5,48 Superior a 365 Títulos Privados - Renda Fixa 106,68% dias 1.024.520,38 1.024.174.04 9,10 Outras Aplicações - Poupança 38.546.31 38.546.31 0.34 Títulos Mantidos até o Vencimento 994.093,64 994.093,64 8,83 Títulos Privados - Renda Fixa Até 180 dias 114,23% 171.346,58 171.346,58 1,52 De 181 até 365 Títulos Privados - Renda Fixa 109,68% dias 603.254,02 603.254,02 5,36 Superior a 365 Títulos Privados - Renda Fixa 109,75% 219.493,04 219.493,04 1,95 dias Total Aplicações Financeiras 11.253.878,81 11.253.532,47 100.00

Mês de referência 12/2017								
Composição	Vencimento	Valor Custo Atualizado	Valor Contábil/Valor justo	% Aplicado	Taxa de Juros Contratada			
Nível 1			•					
Títulos Disponíveis para Venda		7.891.264,49	7.891.264,49	63,55				
Fundo de Investimento Especialmente Constituído – Títulos Públicos <u>Nível 2</u>	-	7.891.264,49	7.891.264,49	63,55	-			
Títulos Disponíveis para Venda		2.398.108,44	2.397.861,37	19,32	-			
Títulos Privados - Renda Fixa	De 181 até 365 dias	1.184.048,84	1.184.048,84	9,54	108,84%			
Títulos Privados - Renda Fixa	Superior a 365 dias	1.199.291,03	1.199.043,96	9,66	103,59%			
Outras Aplicações - Poupança	-	14.768,57	14.768,57	0,12	-			
Títulos Mantidos até o Vencimento		2.128.772,38	2.128.772,38	<u>17,14</u>				
Títulos Privados - Renda Fixa	Até 180 dias	1.168.892,96	1.168.892,96	9,41	108,82%			
Títulos Privados - Renda Fixa	De 181 até 365 dias	165.917,31	165.917,31	1,34	103,00%			
Títulos Privados - Renda Fixa	Superior a 365 dias	793.962,11	793.962,11	6,39	113,93%			
Total Aplicações Financeiras		12.418.145.31	12.417.898.24	100.00	-			

Hierarquia do valor justo:

A tabela acima apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos idênticos.

Nível 2 – Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

b) **Movimentação das Aplicações** - demonstrado no quadro abaixo:

Movimentação	Saldo em 31.12.2017	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste ao Valor de Mercado	Saldo em 30.06.2018
Fundos de Investimentos	7.891.264,49	626.000,00	1.381.564,85)	19.443,81		7.355.143,45
Fundo de Investimento Especialmente Constituído – Títulos Públicos	7.891.264,49	626.000.00	(1.381.564,85)	219.443,81	_	7.355.143,45
Títulos de Renda Fixa	4.526.633,75	423.130,30	(1.196.253,06)	144.977,31	(99,27)	3.898.389,03
Certificados de Depósitos Bancários	4.139.688,56	400.000,00	(1.196.253,06)	130.986,90	(99,27)	3.474.323,13
Recibos de Depósitos Bancários	211.461,01	-	-	8.032,03	-	219.493,04
Letra Financeira	160.715,61	-	-	5.310,94	-	166.026,55
Poupança	14.768,57	23.130,30	-	647,44	-	38.546,31
Total	12.417.898,24	1.049.130,30	(2.577.817,91)	364.421,12	(99,27)	11.253.532,48

Movimentação	Saldo em 31.12.2016	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste a Valor Justo	Saldo em 31.12.2017
Quotas de Fundos de Investimentos	6.321.382,21	910.000,00		659.882,28		7.891.264,49
Fundo de Investimento Especialmente Constituído – Títulos Públicos	6.321.382,21	910.000,00	-	659.882,28	-	7.891.264,49
Títulos de Renda Fixa Privados	5.049.980,72	5.342.071,26	(6.413.771,97)	549.577,45	(1.223,71)	4.526.633,75
Certificados de Depósitos Bancários	5.036.159,11	4.992.071,26	(6.413.771,97)	526.453,87	(1.223,71)	4.139.688,56
Recibos de Depósitos Bancários	-	200.000,00	-	11.461,01	-	211.461,01
Letra Financeira	-	150.000,00	-	10.715,61	-	160.715,61
Poupança	13.821,61	-	-	946,96	-	14.768,57
Total	<u>11.371.362,93</u>	6.252.071,26	(6.413.771,97)	1.209.459,73	(1.223,71)	12.417.898,24

5. TÁBUA, TAXAS DE CARREGAMENTO E DE JUROS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS COMERCIALIZADOS

Plano	Processo SUSEP	Tábua Biométrica	Carregamento	Taxa de Juros
Pecúlio Vitalício RS	15414.003490/2011-72	CSO 1958	30%	0%
Pensão Prazo Certo RCC	10.004705/99-81	CSO 1958	30%	6%

6. PERCENTUAIS DE CUSTO DE AQUISIÇÃO E SINISTRALIDADE DOS PRINCIPAIS RAMOS

Custos do Aguisição	30.06.2	2018	30.06.2017		
Custos de Aquisição	Valor	Percentual	Valor	Percentual	
Corretagem/Agenciamento	111.225,86	52,79	27.189,86	24,67	
Custeamento de Vendas	99.472,62	47,21	83.036,20	75,33	
Total	210.698,48	100,00	110.226,06	100,00	

	30.06.2	018	30.06.2	2017
Sinistralidade	Benefícios Ocorridos	Percentual	Benefícios Ocorridos	Percentual
Planos de Pecúlio	48	51,06	42	54,55
Planos de Renda	46	48,94	35	45,45
Total	94	100,00	77	100,00

7. TESTE DE ADEQUAÇÃO DO PASSIVO (TAP)

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/2015, foi elaborado o Teste de Adequação do Passivo – TAP utilizando premissas atuariais atuais e métodos estatísticos para fluxos de caixa futuros dos contratos de previdência, segregados em duas partes: Fase de contribuição e fase de pagamento de benefícios, separados por regime financeiro e cobertura, que resultou, no quadro sugerido pela Superintendência de Seguros Privados um saldo de Provisão Complementar de Cobertura – PCC, em 30/06/2018, R\$772.626,36.

8. GESTÃO DE RISCO

a) Estrutura de Gerenciamento de Risco: O Conselho Deliberativo tem a responsabilidade máxima para o estabelecimento da estrutura de gerenciamento de risco, atribuindo à Diretoria Executiva e Comitê de Riscos a função de desenvolver e acompanhar as políticas pertinentes. Cabe ao Gestor de Risco monitorar os riscos e à Auditoria Interna supervisionar a adequação dos procedimentos da Administração e os resultados alcançados. As políticas de risco são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade. Os procedimentos buscam desenvolver um ambiente de disciplina e controle nos quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. Não há um sistema específico para o gerenciamento de risco, mas a Entidade utiliza informações obtidas através de ferramentas dos sistemas Alterdata e Star.

b) Gestão do Risco de Liquidez, de Mercado, de Crédito e de Subscrição:

<u>Risco de liquidez</u> - risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar as obrigações correntes num determinado momento, sob condições normais ou de estresse. O gerenciamento do risco de liquidez é feito de forma contínua a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos, relativo aos seus passivos, e dos recebimentos gerados pelas operações e carteira de ativos financeiros. A Entidade possui recursos investidos em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às suas necessidades regulares e contingenciais de liquidez.

Análise de Vencimentos de Ativos Financeiros, fluxo de caixa descontado (Nota de Risco de Crédito), e, de **Passivos Financeiros**, fluxos de caixa contratuais não descontados, que demonstram excesso de liquidez para os períodos.

Passivos Financeiros	1 a 90 Dias	91 a 365 Dias	Acima de 365 Dias	30.06.2018
Contas a Pagar	549.985,20	=	-	549.985,20
Débito de Operações com Previdência Complementar	14.899,61	-	1	14.899,61
Depósitos de Terceiros	90.229,32	609.506,79	92.348,72	792.084,83
Provisões Técnicas – Previdência Complementar	1.797.050,32	1.266.978,89	6.123.822,24	9.187.851,45
Outros Débitos	-	=	5.532.162,21	5.532.162,21
Total dos Passivos Financeiros	2.452.164,45	1.876.485,68	11.748.333,17	16.076.983,30

Passivos Financeiros	1 a 90 Dias	91 a 365 Dias	Acima de 365 Dias	31.12.2017
Contas a Pagar	522.566,78	-	-	522.566,78
Débito de Operações com Previdência Complementar	14.916,03	-	-	14.916,03
Depósitos de Terceiros	340.438,52	328.505,09	45.219,59	714.163,20
Provisões Técnicas – Previdência Complementar	2.102.751,06	1.305.348,51	6.137.238,44	9.545.338,01
Outros Débitos	-	-	5.478.445,18	5.478.445,18
Total dos Passivos Financeiros	2.980.672,39	1.633.853,60	11.660.903,21	16.275.429,20

Risco de mercado – risco de perda nos preços de ativos financeiros decorrente de alterações nas taxas de juros e inflação. A Administração monitora as taxas de juros de mercado e inflação a fim de avaliar a eventual necessidade de novas ações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas e se resguardar das limitações dos métodos de controles das exposições ao risco de mercado. A Entidade elabora análise de sensibilidade que reflete interdependências entre riscos variáveis para administrar riscos financeiros. O VaR é calculado a 99% de confiança, para um dia, no modelo de simulação histórica.

Análise de Sensibilidade: o Teste de Sensibilidade foi realizado levando em consideração um aumento ou um decréscimo de 1,5% da taxa de juros de mercado e o aumento de 2% na taxa de mortalidade da carteira da entidade.

<u>Risco de crédito</u> - risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes dos emissores ou de contraparte de transações não cumprirem suas obrigações de pagamento e/ou de liquidação das operações contratadas. A análise dos títulos que podem compor as carteiras segue fielmente os padrões estabelecidos pelas políticas internas.

Quanto ao risco de contraparte em instituições financeiras, os acompanhamentos periódicos de ratings de crédito revisados por Agências Classificadoras são avaliados pela Administração da Entidade, mantidos os limites de concentração para aplicações de recursos em instituições financeiras. A Entidade entende que nas operações de previdência não há exposição significativa ao risco de crédito, uma vez que opera com produtos fundamentalmente massificados. A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros da Entidade distribuídos por rating de crédito.

Composição da carteira por categoria		RATINGS ESCALA BRASIL							
contábil	Α	AAA	ВВ	BB+	BBB-	ВВВ	BBB+	Sem Rating	Saldo Contábil
Em 30.06.2018									
Caixa e Equivalentes de Caixa - Sem Vencimento	-	-	-	-	-	-	-	402.858,12	402.858,12
Ativ os pós-fixados									
Privados - Sem Vencimento	-	-	-	-	-	-	-	38.546,31	38.546,31
Priv ados até 365 dias	402.041,37	337.373,13	-	-	-	-	1.876.761,14	-	2.616.175,64
Priv ados acima de 365 dias	-	-	-	110.024,63	224.721,11	109.468,41	799.452,93	-	1.243.667,08
Fundo de Investimento – Títulos Públicos	-	-	7.355.143,44	-	-	-	-	-	7.355.143,44
Assistência Financeira até 365 dias	-	-	-	-	-	-	-	5.151.876,45	5.151.876,45
Assistência Financeira acima de 365 dias	-	-	-	-	-	-	-	7.839.726,49	7.839.726,49
Recebív eis até 365 dias	-	-	-	-	-	-	-	2.040.426,39	2.040.426,39
Recebív eis acima de 365 dias	-	-		-	-	-	-	2.640.407,37	2.640.407,37
Exposição máxima ao risco de crédito	402.041,37	337.373,13	7.355.143,44	110.024,63	224.721,11	109.468,41	2.676.214,07	18.113.841,13	29.328.827,29

Composição da carteira por categoria		RATINGS ESCALA BRASIL							
contábil	Α-	AA-	A+	ВВ	BB+	ВВВ	BBB+	Sem Rating	Saldo Contábil
Em 31.12.2017									
Caixa e Equivalentes de Caixa - Sem Vencimento	-	-	-	-	-	-	-	347.003,67	347.003,67
Ativ os pós-fixados									
Priv ados - Sem Vencimento	-	-	-	-	-	-	-	14.768,57	14.768,57
Priv ados até 365 dias	165.917,31	748.343,32	420.549,64	-	-	1.184.048,84	-	-	2.518.859,11
Priv ados acima de 365 dias	160.715,61	-	-	-	105.891,04	1.005.296,44	721.102,98	-	1.993.006,07
Fundo de Investimento – Títulos Públicos	-	-	-	7.891.264,49	-	-	-	-	7.891.264,49
Assistência Financeira até 365 dias	-	-	-	-	-	-	-	3.991.886,94	3.991.886,94
Assistência Financeira acima de 365 dias	-	-	-	-	-	-	-	6.815.790,82	6.815.790,82
Recebív eis até 365 dias	-	-	-	-	-	-	-	1.806.341,92	1.806.341,92
Recebív eis acima de 365 dias	-	-	-	-	-	-	-	2.794.213,97	2.794.213,97
Exposição máxima ao risco de crédito	326.632,92	748.343,32	420.549,64	7.891.264,49	105.891,04	2.189.345,28	721.102,98	15.770.005,89	28.173.135,56

<u>Risco de subscrição</u> – possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da entidade, direta ou indiretamente, às bases técnicas, atuariais e cálculo de contribuições. Na avaliação para aceitação são calculadas as perdas nominais esperadas, o dano máximo provável e a perda máxima possível. As provisões técnicas são calculadas de acordo com as notas técnicas aprovadas pela Susep e são realizados testes de consistência.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - VALORES A RECEBER (Nota 3c./3h.-1)

Descrição	30.06.2018	31.12.2017
Consignação de Órgãos Averbadores	245.345,05	246.975,78
Contribuições Riscos Vigentes não Recebidos	1.370.028,80	1.157.746,91
Outros Créditos	7.044,43	9.816,99
(-) Redução ao Valor Recuperável (Nota 3-h.1)	(933.360,34)	(778.822,26)
Total	689.057,94	635.717,42

10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER (Nota 3d./3h.-2)

Composição em:	30.06.2018	31.12.2017
Aluguéis a Receber	52.302,25	56.053,62
Direitos Resultantes da Venda de Imóveis	1.247.352,00	1.024.260,23
(-) Redução ao Valor Recuperável (Nota 3-h.2)	(223.749,26)	(214.598,49)
Ativo Circulante	1.075.904,99	865.715,36
Direitos Resultantes da Venda de Imóveis	2.262.372,01	2.396.704,42
Ativo Não Circulante	2.262.372,01	2.396.704,42

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Descrição	30.06.2018	31.12.2017
Depósitos Judiciais - Cíveis	84.481,30	88.854,21
Outros Depósitos – Processos SUSEP	12.259,23	27.415,59
Outros Depósitos – Processos Administrativos	11.858,67	10.920,92
Total	108.599,20	127.190,72

12. ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PARTICIPANTES (Nota 3d.-2/3h.-3)

Composição em:	30.06.2018	31.12.2017
Assistência Financeira	8.422.637,83	6.957.571,05
(-) Redução ao Valor Recuperável (Nota 3h.3)	(3.270.761,38)	(2.965.684,11)
Ativo Circulante	5.151.876,45	3.991.886,94
Assistência Financeira	7.839.726,49	6.815.790,82
Ativo Não Circulante	7.839.726,49	6.815.790,82

13. OUTROS CRÉDITOS

Composição em:	30.06.2018	31.12.2017
Adiantamentos a Funcionários	2.847,67	5.165,88
Adiantamentos Administrativos	12.561,98	22.640,01
Saldos Bancários Bloqueados Por Decisão Judicial	249.982,60	272.592,10
Créditos Diversos	9.899,76	4.271,60
Ativo Circulante	275.292,01	304.669,59
Outros Créditos – Luiz A. M. Ferreira Outros Créditos – Antecipação parcelas de Assistência Financeira	99.201,23 134.216,46	99.201,23 135.099,13
Ativo Não Circulante	233.417,69	234.300,36

14. BENS À VENDA

Composto por Terrenos mantidos para venda a curto prazo, no valor total de R\$14.012.114,45, acrescidos dos custos atribuíveis aos imóveis no valor de R\$1.824.823,92, totalizando R\$15.836.938,37 (R\$16.100.952,80 em 31.12.2017).

15. IMOBILIZADO (Nota 3f.)

	30.06.2018			31.12.2017			
Composição em:	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	
- Imóveis	1.300.446,24	140.613,10	1.159.833,14	1.300.446,24	128.760,46	1.171.685,78	
- Equipamentos	438.320,40	393.211,20	45.109,20	445.553,52	395.564,97	49.988,55	
 Móveis, Máquinas e Utensílios 	435.493,22	395.841,89	39.651,33	436.540,78	388.093,35	48.447,43	
- Veículos	108.000,00	108.000,00	-	108.000,00	108.000,00	-	
Total	2.282.259,86	1.037.666,19	1.244.593,67	2.290.540,54	1.020.418,78	1.270.121,76	

16. INTANGÍVEL(Nota 3g.)

	30.06.2018					
Composição em:	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido
- Desenvolvimento de Software	2.454,394,99	1.734.735,51	719.659,48	2.322.394,99	1.568.199,09	754.195,90
- Sistemas Aplicativos e Licenças de Uso	98.319,00	98.319,00	-	98.319,00	98.319,00	-
Total	2.552.713,99	1.833.054,51	719.659,48	2.420.713,99	1.666.518,09	754.195,90

17. OBRIGAÇÕES A PAGAR

Composição em:	30.06.2018	31.12.2017
Fornecedores	30.906,01	22.987,45
Honorários, Remunerações e Gratificações a Pagar	1.397,30	-
Pagamentos a Efetuar	298.976,01	288.427,60
Outras Obrigações a Pagar	3.548,72	-
Total	334.828,04	311.415,05

18. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Representada por contribuições de previdência, caução de aluguel de imóvel, parcelas de assistência financeira e venda de terrenos.

Tempo de	Prêmios An	tecipados	Valores a R	Reclassificar	Outros Depósitos		
Permanência	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2018	31.12.2017	30.06.2018	31.12.2017	
De 1 a 30 dias	1.083,68	2.484,05	6.499,66	65.124,33	54.694,42	106.084,46	
De 31 a 60 dias	2.678,18	1.405,46	6.256,51	12.922,41	14.319,99	-	
De 61 a 90 dias	1.959,93	1.405,46	2.736,95	151.012,35		-	
De 91 a 120 dias	9.429,88	1.403,46	24.068,36	74.434,78		-	
De 121 a 180 dias	16.203,47	1.399,51	150.893,51	84.834,87		-	
De 181 a 365 dias	46.779,35	9.461,82	362.132,22	156.970,65		-	
Acima de 365 dias	268,00	29.219,59	76.080,72	-	16.000,00	16.000,00	
Total	78.402,49	46.779,35	628.667,93	545.299,39	85.014,41	122.084,46	

19. PROVISÕES TÉCNICAS (Nota 3i.)

a) Movimentação dos saldos das Provisões Técnicas:

	31.12.2017	(+/-) Atualização Monetária	Constituição	Reversão	30.06.2018
Planos Bloqueados	674.687,25	1.871,82	57.796,88	142.542,17	591.813,78
Matemática de Benefícios Concedidos	494.150,74	6,50	28.784,65	35.524,42	487.417,47
Sinistros a Liquidar	24.282,47	1.865,32	28.784,65	28.784,65	26.147,79
Complementar de Cobertura	150.121,69	-	-	78.129,55	71.992,14
Despesas Relacionadas	6.132,35	-	227,58	103,55	6.256,38
Planos Não Bloqueados	8.870.650,76	286.385,61	1.409.876,35	1.970.875,05	8.596.037,67
Matemática de Benefícios a Conceder	1.737.725,72	61.556,74	25.055,64	394.594,05	1.429.744,05
Complementar de Cobertura	645.391,52	-	151.214,16	95.971,46	700.634,22
Provisão de Prêmios Não Ganhos	138.386,45	-	47.620,97	37.694,17	148.313,25
Riscos Vigentes e não Emitidos	7.963,32	-	-	7.856,87	106,45
Matemática de Benefícios Concedidos	3.033.273,28	152.027,57	668.366,24	542.417,68	3.311.249,41
Sinistros a Liquidar	539.786,14	25.025,83	390.521,42	475.579,65	479.753,74
Sinistros Ocorridos e não Avisados	181.979,94	-	38.928,36	23.998,95	196.909,35
Despesas Relacionadas	483.393,33	-	64.721,26	5.837,71	542.276,88
Resgates e Outros Valores a Regularizar	2.102.751,06	47.775,47	23.448,30	386.924,51	1.787.050,32
Total Provisões Técnicas	9.545.338,01	288.257,43	1.467.673,23	2.113.417,22	9.187.851,45

b) Cobertura das Provisões Técnicas - Suficiência:

Descrição	30.06.2018	31.12.2017
Provisões Técnicas – Total a ser coberto	9.187.851,45	9.545.338,01
Ativos Garantidores Aceitos		
Títulos de Renda Fixa Privados	3.859.842,72	4.511.865,18
Fundo de Investimento Especialmente Constituído – Títulos Públicos	7.154.876,32	7.891.264,49
Total de Ativos Garantidores Aceitos	11.014.719,04	12.403.129,67
Suficiência de Ativos Garantidores Aceitos	1.826.867,59	2.857.791,66

20. OUTROS DÉBITOS (Nota 3k.)

a) Provisões Fiscais - Em razão de ações fiscais, por parte da Receita Federal do Brasil, objetivando a cobrança da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, requerendo as supostas bases de cálculo da contribuição dos exercícios de 2003/2004 e 2005/2006 e o não reconhecimento de direitos creditórios pleiteados por meio de PER/DCOMP. Há, ainda, provisões de execução fiscal relativas à cobrança de IPTU.

Probabilidade	Ação Fiscal no Âmbito Administrativo								
de Perda		30.	06.2018		31.12.2017	_			
ue i eiuu	Qt.	<u>Reclamado</u>	<u>Provisão</u>	<u>Qt.</u>	<u>Reclamado</u>	<u>Provisão</u>			
Provável	04	2.610.457,38	5.103.372,95	04	2.610.457,38	5.031.382,02			
Possível	03	96.306,44	-	-	-	-			
Total	07	2.706.763,82	5.103.372,95	04	2.610.457,38	5.031382,02			

b) **Provisões Trabalhistas** – demonstramos, a seguir, as contingências relacionadas a processos em que se discutem direitos trabalhistas:

		Processos Trabalhistas						
Probabilidade de		30.06.2018			31.12.2017			
Perda	Qt.	<u>Reclamado</u>	<u>Provisão</u>	Qt.	<u>Reclamado</u>	<u>Provisão</u>		
Possível	01	382.000,00	-	01	382.000,00	_		
Total	01	382.000,00	-	01	382.000,00	-		

c) **Provisões Cíveis** - Há valores provisionados para as ações relacionadas a Benefícios, à exceção dos relativos a honorários advocatícios de sucumbência, contabilizados na Provisão de Sinistros a Liquidar, no Passivo Circulante. Os honorários advocatícios de sucumbência vinculados a benefícios foram contabilizados em separado, na Provisão de Despesas Relacionadas — Outras Provisões, no Passivo Não Circulante. Assim como, os danos morais foram contabilizados em Outras Provisões. Os valores provisionados das demais ações cíveis foram contabilizados em Provisões Cíveis, no Passivo Não Circulante.

	Ações Judiciais relacionadas a Benefícios									
Probabilidade	30.06.2018				31.12.2017					
de Perda	<u>Qt.</u>	<u>Reclamado</u>	<u>Provisão</u>	<u>Honorários</u>	Danos Morais	Qt.	<u>Reclamado</u>	<u>Provisão</u>	<u>Honorários</u>	Danos <u>Morais</u>
Provável	18	7.571.131,92	265.721,40	33.025,04	-	22	7.865.983,42	409.795,19	24.099,04	20.846,82

	Ações Judiciais não relacionadas a Benefícios									
Drobabilidado	30.06.2018					31.12.2017				
Probabilidade de Perda	Qt.	<u>Reclamado</u>	<u>Provisão</u>	<u>Honorários</u>	Danos <u>Morais</u>	Qt.	<u>Reclamado</u>	<u>Provisão</u>	<u>Honorários</u>	Danos <u>Morais</u>
Provável	24	1.032.775,25	112.239,69	8.391,92	2.000,00	25	1.036.401,85	114.143,73	7.801,10	2.000,00

d) **Outras Provisões** - Processos Administrativos em trâmite junto ao Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização – CRSNSP, tomando por base o valor total das penalidades de multas pecuniárias aplicadas pela SUSEP.

	Processos Administrativos SUSEP						
Probabilidade		30.06.2018			31.12.2017	_	
de Perda	Qt.	<u>Reclamado</u>	<u>Provisão</u> Q	<u>)t.</u>	<u>Reclamado</u>	<u>Provisão</u>	
Provável	12	288.000,00	306.157,65 1	13	305.000,00	392.271,51	

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO, CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO E LIQUIDEZ DO ATIVO

Descrição	30.06.2018	31.12.2017
Patrimônio Líquido	31.135.147,44	30.108.229,01
Ajustes Contábeis:		
(-) Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	28.566,69	31.706,95
(-) Intangíveis	719.659,48	754.195,90
(=) Patrimônio Líquido Ajustado — PLA (subtotal)	<u>30.386.921,27</u>	29.322.326,16
Ajustes Associados às Variações dos Valores Econômicos:		
(+) Superávit de fluxos de contribuições não registrados apurados no TAP	3.504.181,21	3.827.891,84
(+) Superávit entre as provisões exatas constituídas e o fluxo realista de contribuições registradas utilizado no cálculo da PCC	824.170,78	614.909,51
(=) Patrimônio Líquido Ajustado — PLA (total)	<u>34.715.273,26</u>	<u>33.765.127,51</u>
Capital Base	-	-
Capital de Risco Total - CR:	6.644.421,48	7.193.220,94
Capital de Risco baseado no Risco de Subscrição - CRsubs	473.078,87	466.805,61
Capital de Risco baseado no Risco de Crédito - CRcred	2.035.145,12	2.479.424,08
Capital de Risco baseado no Risco Operacional - CRoper	7.736,02	7.636,27
Capital de Risco baseado no Risco de Mercado – CRmerc	5.626.774,00	5.945.679,00
Redução de Correlação de Riscos	(1.498.312,53)	(1.706.324.02)
Capital Mínimo Requerido - CMR	<u>6.644.421,48</u>	7.193.220,94
Suficiência de Capital (PLA total - CMR)	28.070.851,78	26.571.906,57
Ativos Líquidos em excesso à Cobertura Provisões Técnicas	1.826.867,59	2.857.791,66
Liquidez em relação ao CR (Ativos líquidos/CR)	58,18%	84,92%

Obs.: O capital base para as EAPC sem fins lucrativos será igual a zero e o capital mínimo requerido equivale ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (Resolução CNSP 321/2015).

22. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - DETALHAMENTO

Descrição	30.06.2018	30.06.2017
BENEFÍCIOS RETIDOS	(344.138,43)	(249.695,23)
Administrativos	(331.873,68)	(218.139,32)
Judiciais	(12.264,75)	(31.555,91)
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	(210.698,48)	(110.226,06)
Corretagem/Agenciamento – Planos de Pecúlio	(111.225,86)	(27.189,86)
Custeamento de Vendas	(75.325,77)	(81.701,45)
Outros Custos de Aquisição	(24.146,85)	(1.334,75)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	82.335,86	328.655,78
Receitas com Redução/Baixa de Provisões de Contingências Passivas	24.169,61	298.317,95
Outras Receitas Operacionais	58.166,25	30.337,83
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(214.917,51)	(420.200,97)
Redução ao Valor Recuperável para Recebíveis	(154.538,08)	(116.999,38)
Despesas com Provisões	(7.761,21)	(110.000,00)
Outras Despesas Operacionais	(52.618,22)	(193.201,59)
SINISTROS OCORRIDOS	(219.031,84)	(80.506,69)
Administrativos	(159.469,72)	(95.555,78)
Judiciais	(44.632,71)	(10.360,01)
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	(14.929,41)	25.409,10
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(1.652.546,56)	(1.557.348,53)
Pessoal Próprio	(733.817,78)	(716.924,95)
Serviços de Terceiros	(461.549,08)	(295.167,34)
Localização e Funcionamento	(190.132,08)	(204.864,34)
Depreciação e Amortização	(194.884,46)	(210.011,70)
Despesas com Publicidade e Propaganda	(00,000)	(6.599,91)
Despesas com Publicações	(13.463,44)	(20.045,09)
Despesas com Donativos e Contribuições	(17.620,02)	(13.446,00)
Outras Despesas Administrativas	(35.079,70)	(90.289,20)
DESPESAS COM TRIBUTOS	(312.088,71)	(236.552,44)
COFINS	(204.890,77)	(147.714,91)
PIS	(33.294,76)	(24.003,67)
Taxa de Fiscalização	(52.191,06)	(42.829,50)
Outros Tributos	(21.712,12)	(22.004,36)
	1	

Descrição	30.06.2018	30.06.2017
RECEITAS FINANCEIRAS	3.711.551,54	3.435.817,64
Títulos de Renda Fixa Privados	144.986,79	366.085,45
Assistência Financeira	3.132.308,33	1.949.580,43
Fundos de Investimentos	219.443,80	357.514,08
Receitas Financeiras com Créditos Recebidos	212.089,17	756.211,15
Outras Receitas Financeiras	2.723,45	6.426,53
DESPESAS FINANCEIRAS	(1.955.959,96)	(1.376.036,62)
Atualização de Provisões Técnicas - Planos Bloqueados	(1.871,82)	(3.765,68)
Atualização de Provisões Técnicas - Planos não Bloqueados	(286.385,61)	(93.890,45)
Assistência Financeira	(1.580.350,57)	(1.133.051,81)
Outras Despesas com Encargos Financeiros e Atualização Monetária	(86.558,55)	(145.231,14)
Outras Despesas Financeiras	(793,41)	(97,54)

* * *

DIRETORIA EXECUTIVA

Amando Aparecido Ramos – Diretor Presidente Heracles Soares de Almeida– Diretor Vice-Presidente Wanderleia Gomes da Silva Moreira – Diretora Executiva

CONTROLADORIA

Rodelf Roner Oliveira Vieira - Controller

GERENTE CONTÁBIL

Renata Lima Maciel Villela Pedras – Contador - CRC/RJ Nº 091943/O-6

ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Marcus Vinicius Stilben Medeiros- MIBA Nº 912